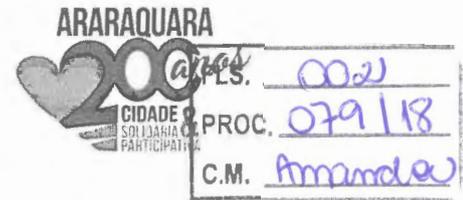




MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- GABINETE DO PREFEITO -



OFÍCIO/SJC Nº 00063/2018

Em 28 de fevereiro de 2018

Ao
Excelentíssimo Senhor
JÉFERSON YASHUDA FARMACÊUTICO
Presidente da Câmara Municipal
Rua São Bento, 887 - Centro
14801-300 - ARARAQUARA/SP

Senhor Presidente:

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Araraquara, encaminhamos a Vossa Excelência, a fim de ser apreciado pelo nobre Poder Legislativo, o incluso Projeto de Lei que reformula o Conselho Municipal de Saúde de Araraquara e dá outras providências.

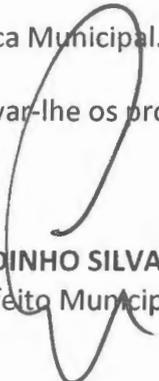
As alterações propostas estão justificadas pela atualização de nomenclatura técnica e administrativa, além de proposta de adequação da composição do Conselho Municipal de Saúde de Araraquara, especialmente garantindo a ampliação da representatividade da sociedade civil no colegiado.

Assim, tendo em vista a finalidade a que o Projeto de Lei se destinará, entendemos estar plenamente justificada a propositura do mesmo que, por certo, irá merecer a aprovação desta Casa de Leis.

Finalmente, por julgarmos esta propositura como medida de urgência, solicitamos seja o presente Projeto de Lei apreciado dentro do menor prazo possível, nos termos do artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

Valho-me do ensejo para renovar-lhe os protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,


EDINHO SILVA
- Prefeito Municipal -

17:35 01/03/2018 004063 PROTOCOLO-CÂMARA MUNICIPAL ARARAQUARA



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- GABINETE DO PREFEITO -

PROJETO DE LEI Nº

064/18



FLS.	003
PROC.	079/18
C.M.	Amanda

Reformula o Conselho Municipal de Saúde de Araraquara e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Da Instituição

Art. 1º. Esta Lei reformula o Conselho Municipal de Saúde de Araraquara, órgão permanente, deliberativo, propositivo e normativo do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito municipal, de acordo com o previsto na Seção II, do Capítulo II, do Título VIII da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como nas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; e que tem por atribuição elaborar estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

CAPÍTULO II

Das atribuições do Conselho Municipal de Saúde

Art. 2º. O Conselho Municipal de Saúde de Araraquara, consoante o disposto na legislação federal, tem por atribuição:

I - implementar a mobilização e articulação contínuas da sociedade, na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o Sistema Único de Saúde - SUS, para o controle social de saúde;

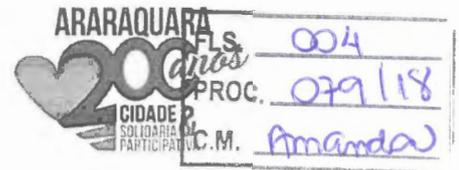
II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar proposta de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- GABINETE DO PREFEITO -



IV - atuar na formulação e no controle da execução da política municipal de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e sobre eles deliberar, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - estabelecer estratégias e procedimentos da gestão do SUS, articulando-se com os demais conselhos temáticos municipais;

VII - proceder à fiscalização periódica dos planos de saúde, respeitadas as normas de direito privado aplicáveis;

VIII - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar sugestões de projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, pelo Chefe do Executivo, propondo a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os em face do processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da saúde;

IX - estabelecer diretrizes e critérios operacionais relativos à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, tendo em vista o direito ao acesso universal às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, em todos os níveis de complexidade dos serviços, sob a diretriz da hierarquização/regionalização da oferta e demanda de serviços, conforme o princípio da equidade;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS;

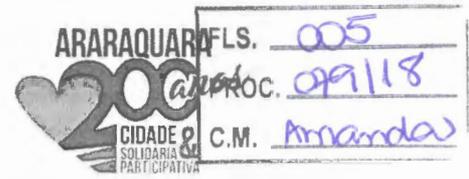
XI - avaliar os contratos e convênios municipais na área da saúde, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamentação ascendentes;



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- GABINETE DO PREFEITO -



XIII - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária do Fundo de Saúde e acompanhar a movimentação e destinação dos recursos;

XIV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo Municipal de Saúde, os próprios e os transferidos do Estado e da União;

XV - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, acompanhado do devido assessoramento;

XVI - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar as eventuais denúncias aos respectivos órgãos, conforme legislação vigente;

XVII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho, nas suas respectivas instâncias;

XVIII - estabelecer critérios para a determinação de periodicidade das Conferências de Saúde, propor sua convocação, estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programas ao Pleno do Conselho de Saúde, explicitando deveres e papéis dos conselheiros nas pré-conferências de saúde;

XIX - estimular articulação e intercâmbio entre os conselheiros de Saúde e entidades governamentais e privadas, visando à promoção da Saúde;

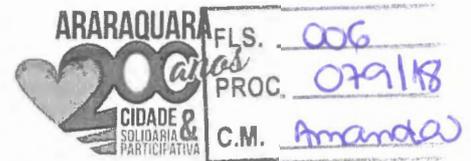
XX - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinentes ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde – SUS;

XXI - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde e divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões por todos os meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões;



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- GABINETE DO PREFEITO -



XXII - apoiar e promover a educação para controle social, fazendo constar de seu conteúdo programático os fundamentos teóricos da saúde, a situação epidemiológica, a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, a situação real de funcionamento dos serviços do Sistema Único de Saúde - SUS, as atividades e competências do Conselho de Saúde, bem como a Legislação do Sistema Único de Saúde - SUS, suas políticas de saúde, orçamento e financiamento;

XXIII - propor e avaliar a política de Recursos Humanos do Sistema Único de Saúde – SUS aplicável ao Município;

XXIV - acompanhar a implementação das deliberações constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde;

XXV - acompanhar e assessorar os Conselhos Gestores das Unidades de Saúde no cumprimento de seus objetivos, conforme dispõe a Lei Municipal nº 5.655, de 24 de agosto de 2001.

CAPÍTULO III

Da Composição

Art. 3º. O Conselho Municipal de Saúde será composto por 32 (trinta e dois) membros titulares e seus respectivos suplentes, com representação quadripartite de: 50% (cinquenta por cento) de entidades e movimentos representativos de usuários do Sistema Único de Saúde, 25% (vinte e cinco por cento) de entidades representativas de trabalhadores da área de saúde, 12,5% (doze e meio por cento) de representantes dos prestadores de serviços ao SUS e 12,5% (doze e meio por cento) representantes da administração pública, assim distribuídos:

I - 16 (dezesesseis) representantes dos segmentos organizados de usuários do Sistema Único de Saúde;

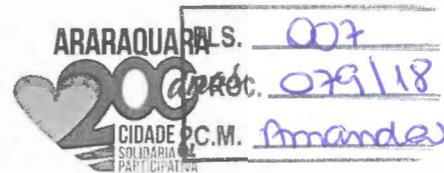
II - 08 (oito) representantes de entidades e associações de classe dos trabalhadores da área de Saúde;

III - 04 (quatro) representantes de prestadores de serviços privados conveniados de saúde com ou sem fins lucrativos;



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- GABINETE DO PREFEITO -



IV - 04 (quatro) representantes do Poder Executivo, sendo um deles o titular da Secretaria Municipal da Saúde.

§1º. As entidades, associações e os movimentos representantes referidos nos incisos I, II e III do caput deste artigo serão eleitos em assembleias eleitorais por segmento, especialmente convocadas para esse fim.

§2º. Os representantes do Conselho Municipal de Saúde serão indicados por escrito pelas suas respectivas instituições e movimentos a participar da assembleia eleitoral realizada por segmento, desde que os mesmos comprovem estar legalmente estabelecidos no município e regularmente em dia com a sua documentação registrada e regularizada, tendo comprovado o seu funcionamento pela Prefeitura do Município de Araraquara.

§3º. Os representantes do Poder Executivo serão indicados por ato próprio do Chefe do Executivo.

§4º. Os segmentos organizados de usuários do Sistema Único de Saúde deverão contemplar, dentre outras, as seguintes representações:

- a) de usuários dos serviços públicos de saúde indicados pelos Conselhos Gestores de Saúde de cada unidade;
- b) de associações de pessoas com patologias;
- c) de associações de pessoas com deficiência;
- d) de movimentos sociais e populares organizados (igualdade racial, mulheres, LGBT e outros segmentos);
- e) de entidades de aposentados e de pensionistas;
- f) de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais;
- g) de entidades de defesa do consumidor;
- h) de organizações de moradores;
- i) de entidades ambientalistas;



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- GABINETE DO PREFEITO -



j) de organizações religiosas;

k) do Orçamento Participativo do Município – OP.

§5º. O segmento de trabalhadores da área de saúde deverá contemplar as representações de associações, sindicatos, federações, confederações e conselhos de classe dos profissionais da saúde.

§6º. O segmento de prestadores de serviços deverá contemplar as representações:

a) da comunidade acadêmica e científica;

b) de entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento;

c) de entidades dos prestadores de serviços de saúde privados conveniados com ou sem fins lucrativos.

§7º. Os representantes dos usuários não podem ser cônjuges, companheiros ou parentes, consanguíneos ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de agentes políticos do Município ou de servidores ocupantes de funções de confiança ou de cargo de provimento em comissão no âmbito do Município.

Art. 4º. A Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Saúde será composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro(a) Secretário(a) e Segundo(a) Secretário(a).

§1º. A presidência, a vice-presidência, a primeira e a segunda secretarias do Conselho Municipal de Saúde serão atribuídas aos conselheiros titulares eleitos pela plenária do Conselho, com mandato de 2 (dois) anos, na primeira reunião após renovação de seus membros.

§2º. O Conselho Municipal de Saúde manterá uma Secretaria Executiva, que atuará como órgão operacional de execução e de implementação de suas decisões sobre o Sistema Único de Saúde do Município, sendo responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde oferecer infraestrutura e apoio técnico para o seu pleno funcionamento.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- GABINETE DO PREFEITO -



Art. 5º. O Conselho Municipal de Saúde reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

I - Serão indicados pelos seus respectivos segmentos e serão substituídos pelos mesmos, mediante solicitação ao Prefeito através da Secretaria Executiva do Conselho;

II - Terão o seu mandato extinto, caso faltem sem prévia justificção, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) intercaladas, num período de 12 (doze) meses;

III - Terão mandato de 4 (quatro) anos, com direito a uma recondução, havendo renovações de seus membros a cada 2 (dois) anos, na proporção de 1/3 (um terço) e 2/3 (dois terços), alternadamente, sendo que, nas renovações, serão substituídos aquelas representações que não foram renovados na eleição anterior.

Parágrafo único. O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Saúde não será remunerado e será considerado de relevante interesse público.

Art. 6º. Para um melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Saúde poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradores do Conselho Municipal as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários de saúde, independentemente de sua condição de membros;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização na área de saúde, para assessorar o Conselho em assuntos específicos;

III - poderão ser criadas comissões internas entre as instituições, entidades e membros do Conselho, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos;

IV - as Comissões do Conselho Municipal de Saúde deverão ser paritárias, respeitando-se a composição do mesmo.

CAPÍTULO IV

Do Funcionamento e da Convocação



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- GABINETE DO PREFEITO -

ARARAQUARA
200 anos
CIDADE SOLIDÁRIA PARTICIPATIVA

FLS.	010
PROC.	079/18
C.M.	Amanda

Art. 7º. O Conselho Municipal de Saúde funcionará de acordo com o que disciplina o seu Regimento Interno e terá as seguintes normas gerais:

I - o órgão de deliberação máxima será a Plenária do Conselho;

II - a plenária do Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria simples de seus membros;

III - as decisões do Conselho Municipal de Saúde serão adotadas mediante o voto da maioria simples dos conselheiros presentes à assembleia, sendo assegurado o direito a um único voto ao conselheiro no exercício da titularidade naquela ocasião.

IV - as Plenárias do Conselho serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros ou, em segunda chamada, após 30 minutos, com no mínimo 1/3 (um terço) dos presentes;

V - as decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em resolução, moção, recomendação ou comunicação.

CAPÍTULO V

Das Diretrizes Básicas da Atuação

Art. 8º. O Conselho Municipal de Saúde observará no exercício de suas atribuições, as seguintes diretrizes básicas e prioritárias de atuação:

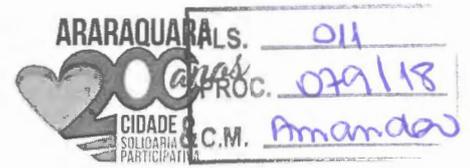
I - a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à promoção da saúde, redução do risco de doenças e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção, recuperação e reabilitação;

II - integralidade de serviços de saúde, buscando promoção da saúde em toda a rede municipal, diminuindo as taxas de mortalidade e aumentando a expectativa de vida.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- GABINETE DO PREFEITO -



Art. 9º. O Conselho Municipal de Saúde promoverá como órgão colegiado deliberativo e representativo, debates estimulando a participação comunitária, visando prioritariamente, a melhoria de serviços de saúde no Município.

CAPÍTULO V

Da Conferência Municipal de Saúde

Art. 10. Fica criada a "Conferência Municipal de Saúde" para a elaboração do "Plano de Municipal de Saúde", que deverá avaliar a política municipal de saúde, propor diretrizes de ação para o Sistema Único de Saúde e reavaliar a lei que institui a composição do Conselho.

§1º. A conferência será realizada no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação de sua convocação.

§2º. A conferência será precedida, necessariamente, de mais de um debate temático sobre a questão da saúde no Município de Araraquara.

Art. 11. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da Conferência, o "Plano de Municipal de Saúde" será encaminhado pela Conferência estabelecida na presente Lei ao Chefe do Executivo, que submeterá ao crivo do Poder Legislativo na forma de Projeto de Lei.

Art. 12. O "Plano de Municipal de Saúde" deverá conter as políticas públicas para a saúde no Município de Araraquara para os anos subsequentes à realização da Conferência, de acordo com as deliberações nela tomadas.

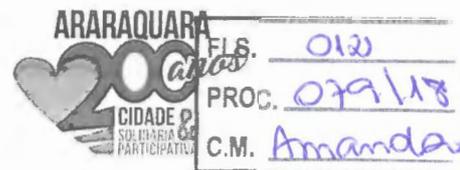
Art. 13. A Comissão organizadora da "Conferência Municipal de Saúde" será designada pelo Chefe do Executivo, a partir de indicação do conselho referido nesta lei, em até 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do ato de convocação de cada Conferência.

Art. 14. A cada dois anos, a contar da data de entrada em vigor da presente Lei, deverá ser realizada a "Conferência Municipal de Políticas de Drogas", observando-se o disposto nos artigos 10 a 14 desta Lei.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- GABINETE DO PREFEITO -



Art. 15. As disposições desta Lei serão regulamentadas pelo Poder Executivo, no que couber.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, as Leis nº 6.264, de 2 de junho de 2005; nº 6.377, de 9 de fevereiro de 2006; nº 7.407, de 8 de fevereiro de 2011; e nº 8.104, de 17 de dezembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2018 (dois mil e dezoito).

EDINHO SILVA

- Prefeito Municipal -

Valdemar M. Neto Mendonça

013
07/01/18
amanda

De: Valdemar M. Neto Mendonça
Enviado em: quinta-feira, 1 de março de 2018 18:44
Para: Assessoria Juliana Damus; Édio Lopes; Edison Jose Soares; Elias Chediek; Elton Hugo Negrini; Gerson Roza de Freitas; Jeferson Yashuda; José Carlos Porsani; Jose Luiz Gilliotti dos Santos; Juliana Damus; Lucas Grecco; Magal Verri; Pastor Raimundo Bezerra; Paulo Fernando Paes Landim; Presidencia; Rafael de Angeli; Roger Tiago de Freitas Mende; Tenente Santana; Thainara Karoline Faria; Toninho do Mel
Cc: Adriana Cassola Fricelli; Adriana do Carmo Bellotti; Ana Paula Morato de Miranda; Daniel Guedes Evangelista; Estagiário Imprensa; Evandro Gianasi Vasconcelos; Francisco de Assis; Jéssica Leal Mendonça; Juliane Adne Corradi Pastre; Mariana Tiemi Kimura Claudio; Renan Antonio Abbade Dentillo; Thiago Moura Bego; Wagner Luiz; William Yuzo Miyagi
Assunto: Projetos do Executivo protocolizados nesta data
Anexos: OFICIO SJC Nº 0062 2018 - Subvenção Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.doc; OFICIO SJC Nº 0065 2018 - Indicação - Vereador Zé Luís.doc; OFICIOSJC N 61 2018 - Alienação - Jardim Marivam.doc; OFICIOSJC N 63 2018 - Reformula Conselho Saúde.doc; OFICIOSJC N 64 2018 - Nova Estrutura Cooperação Assuntos de Segurança Pública.doc; OFICIOSJC N 66 2018 - Alteração Lei 5119.doc

Boa noite!

Seguem anexas proposições protocolizadas pelo Executivo nesta data.

Atenciosamente,

VALDEMAR MARTINS NETO MOUCO

Diretoria Legislativa

Telefone fixo (16) 3301-0619

Telefone móvel (16) 9 9752-8056

E-mail: valdemar@camara-arq.sp.gov.br



FLS. 014
PROC. 079/18
C.M. Araraquara

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

DESPACHOS

Processo nº **079** /18

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Recebido nesta data: **01 MAR 2018**

Prazo para apreciação até:... **02 ABR 2018**

Araraquara, 1º de março de 2018.


VALDEMAR MARTINS NETO MOUCO
Diretor Legislativo

Nos termos regimentais, encaminhe-se o presente
Processo às Comissões Competentes.

Araraquara, 02 MAR 2018.

JÉFERSON YASHUDA FARMACÊUTICO
Presidente

**Aprovado em única discussão e votação, nos
termos do artigo 245, do Regimento Interno.**

Araraquara, 06 MAR 2018

.....
Presidente

**Retorna à Comissão de justiça, Legislação e Redação
para elaboração da redação final.**

Araraquara, 06 MAR 2018

.....
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Comissão de Justiça, Legislação e Redação

FLS. 015
PROC. 079/18
C.M. Amanda

PARECER Nº

091

/18

Projeto de Lei nº 64/2018

Processo nº 79/2018

Iniciativa: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Assunto: Reformula o Conselho Municipal de Saúde de Araraquara, órgão permanente, deliberativo, propositivo e normativo do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal e dá outras providências.

Propositura formalmente em ordem, atendendo às normas regimentais vigentes.

É de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo lei que disponha sobre criação, estruturação e atribuições das secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da Administração Pública direta e indireta, autárquica e fundacional (art. 74, III, da Lei Orgânica do Município de Araraquara).

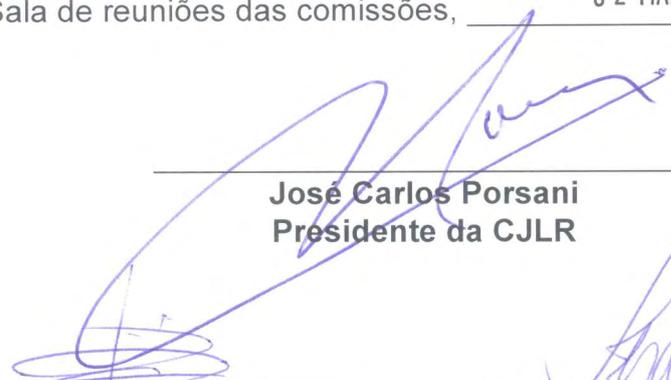
A Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento e a Comissão de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social deverão manifestar-se sobre o assunto.

Pela legalidade.

Quanto ao mérito, o plenário decidirá.

É o parecer.

Sala de reuniões das comissões, 02 MAR. 2018


José Carlos Porsani
Presidente da CJLR


Cabo Magal Verri


Thainara Faria



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E
ORÇAMENTO

FLS. 016
PROC. 079/18
C.M. Amanda

PARECER Nº

049

/18

Projeto de Lei nº 64/2018

Processo nº 79/2018

Iniciativa: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Assunto: Reformula o Conselho Municipal de Saúde de Araraquara, órgão permanente, deliberativo, propositivo e normativo do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal e dá outras providências.

Ao apreciar a matéria, a douta Comissão de Justiça, Legislação e Redação concluiu pela sua legalidade.

No que diz respeito a sua competência, esta Comissão nada tem a objetar.

Cabe ao plenário decidir.

À Comissão de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social para manifestação.

É o parecer.

Sala de reuniões das comissões, _____ 02 MAR. 2018



Elias Chediek
Presidente da CTFO



Zé Luiz



Roger Mendes



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

FLS. 017
PROC. 079/18
C.M. Amanda

PARECER Nº

031

/18

Projeto de Lei nº 64/2018

Processo nº 79/2018

Iniciativa: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Assunto: Reformula o Conselho Municipal de Saúde de Araraquara, órgão permanente, deliberativo, propositivo e normativo do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal e dá outras providências.

Ao apreciar a matéria, a douta Comissão de Justiça, Legislação e Redação concluiu pela sua legalidade.

No que diz respeito a sua competência, esta Comissão nada tem a objetar.

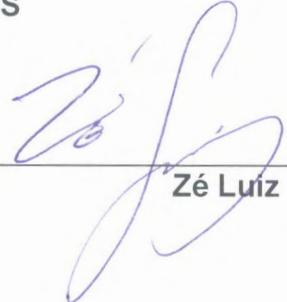
Cabe ao plenário decidir.

É o parecer.

Sala de reuniões das comissões, 02 MAR. 2018


Gerson da Farmácia
Presidente da CSEDS


Paulo Landim


Zé Luiz



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E
REDAÇÃO

FLS. 018
PROC. 079/18
C.M. Amendes

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação, de conformidade com o que deliberou o plenário em sessão ordinária de 06 de março de 2018, aprovando o Projeto de Lei nº 064/18, apresenta a inclusa

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 064/18

Reformula o Conselho Municipal de Saúde de Araraquara e dá outras providências.

CAPÍTULO I
Da Instituição

Art. 1º Esta lei reformula o Conselho Municipal de Saúde de Araraquara, órgão permanente, deliberativo, propositivo e normativo do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito municipal, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo II do Título VIII da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como nas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e que tem por atribuição elaborar estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

CAPÍTULO II
Das atribuições do Conselho Municipal de Saúde

Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde de Araraquara, consoante o disposto na legislação federal, tem por atribuição:

I - implementar a mobilização e articulação contínuas da sociedade, na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o Sistema Único de Saúde - SUS, para o controle social de saúde;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar proposta de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política municipal de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e sobre eles deliberar, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - estabelecer estratégias e procedimentos da gestão do SUS, articulando-se com os demais conselhos temáticos municipais;

VII - proceder à fiscalização periódica dos planos de saúde, respeitadas as normas de direito privado aplicáveis;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E
REDAÇÃO

FLS. 019
PROC. 079/18
C.M. Amanda

VIII - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar sugestões de projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, pelo Chefe do Executivo, propondo a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os em face do processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da saúde;

IX - estabelecer diretrizes e critérios operacionais relativos à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, tendo em vista o direito ao acesso universal às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, em todos os níveis de complexidade dos serviços, sob a diretriz da hierarquização/regionalização da oferta e demanda de serviços, conforme o princípio da equidade;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS;

XI - avaliar os contratos e convênios municipais na área da saúde, conforme as diretrizes do Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamentação ascendentes;

XIII - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde e acompanhar a movimentação e destinação dos recursos;

XIV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo Municipal de Saúde, os próprios e os transferidos do Estado e da União;

XV - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, acompanhado do devido assessoramento;

XVI - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar as eventuais denúncias aos respectivos órgãos, conforme legislação vigente;

XVII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho, nas suas respectivas instâncias;

XVIII - estabelecer critérios para a determinação de periodicidade das Conferências de Saúde, propor sua convocação, estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programas ao Pleno do Conselho de Saúde, explicitando deveres e papéis dos conselheiros nas pré-conferências de saúde;

XIX - estimular articulação e intercâmbio entre os conselheiros de Saúde e entidades governamentais e privadas, visando à promoção da saúde;

XX - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinentes ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde – SUS;

XXI - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde e divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões por todos os meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E
REDAÇÃO

XXII - apoiar e promover a educação para controle social, fazendo constar de seu conteúdo programático os fundamentos teóricos da saúde, a situação epidemiológica, a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, a situação real de funcionamento dos serviços do Sistema Único de Saúde - SUS, as atividades e competências do Conselho de Saúde, bem como a Legislação do Sistema Único de Saúde - SUS, suas políticas de saúde, orçamento e financiamento;

XXIII - propor e avaliar a política de recursos humanos do Sistema Único de Saúde - SUS aplicável ao Município;

XXIV - acompanhar a implementação das deliberações constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde;

XXV - acompanhar e assessorar os Conselhos Gestores das Unidades de Saúde no cumprimento de seus objetivos, conforme dispõe a Lei nº 5.655, de 24 de agosto de 2001.

CAPÍTULO III
Da Composição

Art. 3º O Conselho Municipal de Saúde será composto por 32 (trinta e dois) membros titulares e seus respectivos suplentes, com representação quadripartite de: 50% (cinquenta por cento) de entidades e movimentos representativos de usuários do Sistema Único de Saúde, 25% (vinte e cinco por cento) de entidades representativas de trabalhadores da área de saúde, 12,5% (doze e meio por cento) de representantes dos prestadores de serviços ao SUS e 12,5% (doze e meio por cento) representantes da administração pública, assim distribuídos:

I - 16 (dezesesseis) representantes dos segmentos organizados de usuários do Sistema Único de Saúde;

II - 08 (oito) representantes de entidades e associações de classe dos trabalhadores da área de Saúde;

III - 04 (quatro) representantes de prestadores de serviços privados conveniados de saúde com ou sem fins lucrativos;

IV - 04 (quatro) representantes do Poder Executivo, sendo um deles o titular da Secretaria Municipal da Saúde.

§ 1º As entidades, associações e os movimentos representantes referidos nos incisos I, II e III do "caput" deste artigo serão eleitos em assembleias eleitorais por segmento, especialmente convocadas para esse fim.

§ 2º Os representantes do Conselho Municipal de Saúde serão indicados por escrito pelas suas respectivas instituições e movimentos a participar da assembleia eleitoral realizada por segmento, desde que os mesmos comprovem estar legalmente estabelecidos no município e regularmente em dia com a sua documentação registrada e regularizada, tendo comprovado o seu funcionamento pela Prefeitura do Município de Araraquara.

§ 3º Os representantes do Poder Executivo serão indicados por ato próprio do Chefe do Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E
REDAÇÃO

FLS. 021
PROC. 079118
C.M. Amanda

§ 4º Os segmentos organizados de usuários do Sistema Único de Saúde deverão contemplar, dentre outras, as seguintes representações:

- a) de usuários dos serviços públicos de saúde indicados pelos Conselhos Gestores de Saúde de cada unidade;
- b) de associações de pessoas com patologias;
- c) de associações de pessoas com deficiência;
- d) de movimentos sociais e populares organizados (igualdade racial, mulheres, LGBT e outros segmentos);
- e) de entidades de aposentados e de pensionistas;
- f) de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais;
- g) de entidades de defesa do consumidor;
- h) de organizações de moradores;
- i) de entidades ambientalistas;
- j) de organizações religiosas;
- k) do Orçamento Participativo do Município – OP.

§ 5º O segmento de trabalhadores da área de saúde deverá contemplar as representações de associações, sindicatos, federações, confederações e conselhos de classe dos profissionais da saúde.

§ 6º O segmento de prestadores de serviços deverá contemplar as representações:

- a) da comunidade acadêmica e científica;
- b) de entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento;
- c) de entidades dos prestadores de serviços de saúde privados conveniados com ou sem fins lucrativos.

§ 7º Os representantes dos usuários não podem ser cônjuges, companheiros ou parentes, consanguíneos ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de agentes políticos do Município ou de servidores ocupantes de funções de confiança ou de cargo de provimento em comissão no âmbito do Município.

Art. 4º A Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Saúde será composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro(a) Secretário(a) e Segundo(a) Secretário(a).

§ 1º A presidência, a vice-presidência, a primeira e a segunda secretarias do Conselho Municipal de Saúde serão atribuídas aos conselheiros titulares eleitos pela plenária do Conselho, com mandato de 2 (dois) anos, na primeira reunião após renovação de seus membros.

§ 2º O Conselho Municipal de Saúde manterá uma Secretaria Executiva, que atuará como órgão operacional de execução e de implementação de suas decisões



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E
REDAÇÃO

sobre o Sistema Único de Saúde do Município, sendo responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde oferecer infraestrutura e apoio técnico para o seu pleno funcionamento.

Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

I - serão indicados pelos seus respectivos segmentos e serão substituídos pelos mesmos, mediante solicitação ao Prefeito através da Secretaria Executiva do Conselho;

II - terão o seu mandato extinto, caso faltem sem prévia justificação, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) intercaladas, num período de 12 (doze) meses;

III - terão mandato de 4 (quatro) anos, com direito a uma recondução, havendo renovações de seus membros a cada 2 (dois) anos, na proporção de 1/3 (um terço) e 2/3 (dois terços), alternadamente, sendo que, nas renovações, serão substituídos aquelas representações que não foram renovados na eleição anterior.

Parágrafo único. O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Saúde não será remunerado e será considerado de relevante interesse público.

Art. 6º Para um melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Saúde poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradores do Conselho Municipal as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários de saúde, independentemente de sua condição de membros;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização na área de saúde, para assessorar o Conselho em assuntos específicos;

III - poderão ser criadas comissões internas entre as instituições, entidades e membros do Conselho, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos;

IV - as comissões do Conselho Municipal de Saúde deverão ser paritárias, respeitando-se a composição do mesmo.

CAPÍTULO IV
Do Funcionamento e da Convocação

Art. 7º. O Conselho Municipal de Saúde funcionará de acordo com o que disciplina o seu Regimento Interno e terá as seguintes normas gerais:

I - o órgão de deliberação máxima será a Plenária do Conselho;

II - a plenária do Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria simples de seus membros;

III - as decisões do Conselho Municipal de Saúde serão adotadas mediante o voto da maioria simples dos conselheiros presentes à assembleia, sendo assegurado o direito a um único voto ao conselheiro no exercício da titularidade naquela ocasião.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E
REDAÇÃO

IV - as Plenárias do Conselho serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros ou, em segunda chamada, após 30 minutos, com no mínimo 1/3 (um terço) dos presentes;

V - as decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em resolução, moção, recomendação ou comunicação.

CAPÍTULO V

Das Diretrizes Básicas da Atuação

Art. 8º O Conselho Municipal de Saúde observará no exercício de suas atribuições, as seguintes diretrizes básicas e prioritárias de atuação:

I - a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à promoção da saúde, redução do risco de doenças e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção, recuperação e reabilitação;

II - integralidade de serviços de saúde, buscando promoção da saúde em toda a rede municipal, diminuindo as taxas de mortalidade e aumentando a expectativa de vida.

Art. 9º O Conselho Municipal de Saúde promoverá, como órgão colegiado deliberativo e representativo, debates estimulando a participação comunitária, visando prioritariamente, a melhoria de serviços de saúde no Município.

CAPÍTULO VI

Da Conferência Municipal de Saúde

Art. 10. Fica criada a "Conferência Municipal de Saúde" para a elaboração do "Plano de Municipal de Saúde", que deverá avaliar a política municipal de saúde, propor diretrizes de ação para o Sistema Único de Saúde e reavaliar a lei que institui a composição do Conselho.

§ 1º A conferência será realizada no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação de sua convocação.

§ 2º A conferência será precedida, necessariamente, de mais de um debate temático sobre a questão da saúde no Município de Araraquara.

Art. 11. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da Conferência, o "Plano de Municipal de Saúde" será encaminhado pela Conferência estabelecida na presente Lei ao Chefe do Executivo, que submeterá ao crivo do Poder Legislativo na forma de Projeto de Lei.

Art. 12. O "Plano de Municipal de Saúde" deverá conter as políticas públicas para a saúde no Município de Araraquara para os anos subsequentes à realização da Conferência, de acordo com as deliberações nela tomadas.



FLS. 024
PROC. 079/18
C.M. Amanda

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E
REDAÇÃO

Art. 13. A Comissão organizadora da "Conferência Municipal de Saúde" será designada pelo Chefe do Executivo, a partir de indicação do conselho referido nesta lei, em até 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do ato de convocação de cada Conferência.

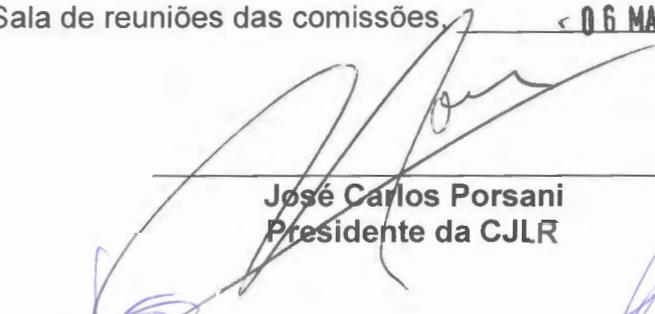
Art. 14. A cada dois anos, a contar da data de entrada em vigor da presente lei, deverá ser realizada a "Conferência Municipal de Saúde", observando-se o disposto nos artigos 10 a 14 desta Lei.

Art. 15. As disposições desta lei serão regulamentadas pelo Poder Executivo, no que couber.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as Leis nº 6.264, de 2 de junho de 2005; nº 6.377, de 9 de fevereiro de 2006; nº 7.407, de 8 de fevereiro de 2011; e nº 8.104, de 17 de dezembro de 2013.

Sala de reuniões das comissões, 06 MAR 2018



José Carlos Porsani
Presidente da CJLR



Cabo Magal Verri

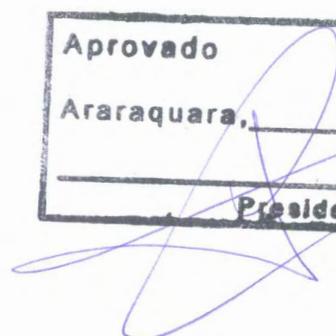


Thainara Faria

Aprovado

Araraquara,

06 MAR 2018



Presidente



FLS.	025
PROC.	079/18
C.M.	Amaral

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
AUTÓGRAFO NÚMERO 059/18
PROJETO DE LEI NÚMERO 064/18

Reformula o Conselho Municipal de Saúde de Araraquara e dá outras providências.

CAPÍTULO I
Da Instituição

Art. 1º Esta lei reformula o Conselho Municipal de Saúde de Araraquara, órgão permanente, deliberativo, propositivo e normativo do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito municipal, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo II do Título VIII da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como nas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e que tem por atribuição elaborar estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

CAPÍTULO II
Das atribuições do Conselho Municipal de Saúde

Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde de Araraquara, consoante o disposto na legislação federal, tem por atribuição:

I - implementar a mobilização e articulação contínuas da sociedade, na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o Sistema Único de Saúde - SUS, para o controle social de saúde;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar proposta de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política municipal de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e sobre eles deliberar, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - estabelecer estratégias e procedimentos da gestão do SUS, articulando-se com os demais conselhos temáticos municipais;

VII - proceder à fiscalização periódica dos planos de saúde, respeitadas as normas de direito privado aplicáveis;

VIII - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar sugestões de projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, pelo Chefe do Executivo, propondo a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os em face do processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da saúde;

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Presidente

026
079/18
Amanoa

IX - estabelecer diretrizes e critérios operacionais relativos à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, tendo em vista o direito ao acesso universal às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, em todos os níveis de complexidade dos serviços, sob a diretriz da hierarquização/regionalização da oferta e demanda de serviços, conforme o princípio da equidade;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS;

XI - avaliar os contratos e convênios municipais na área da saúde, conforme as diretrizes do Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamentação ascendentes;

XIII - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde e acompanhar a movimentação e destinação dos recursos;

XIV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo Municipal de Saúde, os próprios e os transferidos do Estado e da União;

XV - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, acompanhado do devido assessoramento;

XVI - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar as eventuais denúncias aos respectivos órgãos, conforme legislação vigente;

XVII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho, nas suas respectivas instâncias;

XVIII - estabelecer critérios para a determinação de periodicidade das Conferências de Saúde, propor sua convocação, estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programas ao Pleno do Conselho de Saúde, explicitando deveres e papéis dos conselheiros nas pré-conferências de saúde;

XIX - estimular articulação e intercâmbio entre os conselheiros de Saúde e entidades governamentais e privadas, visando à promoção da saúde;

XX - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinentes ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde – SUS;

XXI - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde e divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões por todos os meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões;

XXII - apoiar e promover a educação para controle social, fazendo constar de seu conteúdo programático os fundamentos teóricos da saúde, a situação epidemiológica, a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, a situação real de funcionamento dos serviços do Sistema Único de Saúde - SUS, as atividades e competências do Conselho de Saúde, bem como a Legislação do Sistema Único de Saúde - SUS, suas políticas de saúde, orçamento e financiamento;

XXIII - propor e avaliar a política de recursos humanos do Sistema Único de Saúde – SUS aplicável ao Município;

027
07/18
Amanda

XXIV - acompanhar a implementação das deliberações constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde;

XXV - acompanhar e assessorar os Conselhos Gestores das Unidades de Saúde no cumprimento de seus objetivos, conforme dispõe a Lei nº 5.655, de 24 de agosto de 2001.

CAPÍTULO III Da Composição

Art. 3º O Conselho Municipal de Saúde será composto por 32 (trinta e dois) membros titulares e seus respectivos suplentes, com representação quadripartite de: 50% (cinquenta por cento) de entidades e movimentos representativos de usuários do Sistema Único de Saúde, 25% (vinte e cinco por cento) de entidades representativas de trabalhadores da área de saúde, 12,5% (doze e meio por cento) de representantes dos prestadores de serviços ao SUS e 12,5% (doze e meio por cento) representantes da administração pública, assim distribuídos:

I - 16 (dezesesseis) representantes dos segmentos organizados de usuários do Sistema Único de Saúde;

II - 08 (oito) representantes de entidades e associações de classe dos trabalhadores da área de Saúde;

III - 04 (quatro) representantes de prestadores de serviços privados conveniados de saúde com ou sem fins lucrativos;

IV - 04 (quatro) representantes do Poder Executivo, sendo um deles o titular da Secretaria Municipal da Saúde.

§ 1º As entidades, associações e os movimentos representantes referidos nos incisos I, II e III do “caput” deste artigo serão eleitos em assembleias eleitorais por segmento, especialmente convocadas para esse fim.

§ 2º Os representantes do Conselho Municipal de Saúde serão indicados por escrito pelas suas respectivas instituições e movimentos a participar da assembleia eleitoral realizada por segmento, desde que os mesmos comprovem estar legalmente estabelecidos no município e regularmente em dia com a sua documentação registrada e regularizada, tendo comprovado o seu funcionamento pela Prefeitura do Município de Araraquara.

§ 3º Os representantes do Poder Executivo serão indicados por ato próprio do Chefe do Executivo.

§ 4º Os segmentos organizados de usuários do Sistema Único de Saúde deverão contemplar, dentre outras, as seguintes representações:

a) de usuários dos serviços públicos de saúde indicados pelos Conselhos Gestores de Saúde de cada unidade;

b) de associações de pessoas com patologias;

c) de associações de pessoas com deficiência;

d) de movimentos sociais e populares organizados (igualdade racial, mulheres, LGBT e outros segmentos);

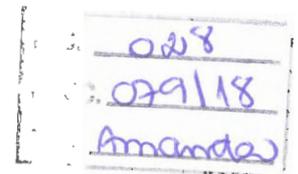
e) de entidades de aposentados e de pensionistas;

f) de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais;

CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA ³



Presidente



- g) de entidades de defesa do consumidor;
- h) de organizações de moradores;
- i) de entidades ambientalistas;
- j) de organizações religiosas;
- k) do Orçamento Participativo do Município – OP.

§ 5º O segmento de trabalhadores da área de saúde deverá contemplar as representações de associações, sindicatos, federações, confederações e conselhos de classe dos profissionais da saúde.

§ 6º O segmento de prestadores de serviços deverá contemplar as representações:

- a) da comunidade acadêmica e científica;
- b) de entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento;
- c) de entidades dos prestadores de serviços de saúde privados conveniados com ou sem fins lucrativos.

§ 7º Os representantes dos usuários não podem ser cônjuges, companheiros ou parentes, consanguíneos ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de agentes políticos do Município ou de servidores ocupantes de funções de confiança ou de cargo de provimento em comissão no âmbito do Município.

Art. 4º A Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Saúde será composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro(a) Secretário(a) e Segundo(a) Secretário(a).

§ 1º A presidência, a vice-presidência, a primeira e a segunda secretarias do Conselho Municipal de Saúde serão atribuídas aos conselheiros titulares eleitos pela plenária do Conselho, com mandato de 2 (dois) anos, na primeira reunião após renovação de seus membros.

§ 2º O Conselho Municipal de Saúde manterá uma Secretaria Executiva, que atuará como órgão operacional de execução e de implementação de suas decisões sobre o Sistema Único de Saúde do Município, sendo responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde oferecer infraestrutura e apoio técnico para o seu pleno funcionamento.

Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

I - serão indicados pelos seus respectivos segmentos e serão substituídos pelos mesmos, mediante solicitação ao Prefeito através da Secretaria Executiva do Conselho;

II - terão o seu mandato extinto, caso falem sem prévia justificção, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) intercaladas, num período de 12 (doze) meses;

III - terão mandato de 4 (quatro) anos, com direito a uma recondução, havendo renovações de seus membros a cada 2 (dois) anos, na proporção de 1/3 (um terço) e 2/3 (dois terços), alternadamente, sendo que, nas renovações, serão substituídos aquelas representações que não foram renovados na eleição anterior.

CAMARA MUNICIPAL DE ARAQUARA 4

Presidente

029
079/18
Amanda

Parágrafo único. O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Saúde não será remunerado e será considerado de relevante interesse público.

Art. 6º Para um melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Saúde poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradores do Conselho Municipal as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários de saúde, independentemente de sua condição de membros;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização na área de saúde, para assessorar o Conselho em assuntos específicos;

III - poderão ser criadas comissões internas entre as instituições, entidades e membros do Conselho, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos;

IV - as comissões do Conselho Municipal de Saúde deverão ser paritárias, respeitando-se a composição do mesmo.

CAPÍTULO IV

Do Funcionamento e da Convocação

Art. 7º. O Conselho Municipal de Saúde funcionará de acordo com o que disciplina o seu Regimento Interno e terá as seguintes normas gerais:

I - o órgão de deliberação máxima será a Plenária do Conselho;

II - a plenária do Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria simples de seus membros;

III - as decisões do Conselho Municipal de Saúde serão adotadas mediante o voto da maioria simples dos conselheiros presentes à assembleia, sendo assegurado o direito a um único voto ao conselheiro no exercício da titularidade naquela ocasião.

IV - as Plenárias do Conselho serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros ou, em segunda chamada, após 30 minutos, com no mínimo 1/3 (um terço) dos presentes;

V - as decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em resolução, moção, recomendação ou comunicação.

CAPÍTULO V

Das Diretrizes Básicas da Atuação

Art. 8º O Conselho Municipal de Saúde observará no exercício de suas atribuições, as seguintes diretrizes básicas e prioritárias de atuação:

I - a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à promoção da saúde, redução do risco de doenças e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção, recuperação e reabilitação;

II - integralidade de serviços de saúde, buscando promoção da saúde em toda a rede municipal, diminuindo as taxas de mortalidade e aumentando a expectativa de vida.

Art. 9º O Conselho Municipal de Saúde promoverá, como órgão colegiado deliberativo e representativo, debates estimulando a participação comunitária, visando prioritariamente, a melhoria de serviços de saúde no Município.

CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA⁵

Presidente

030
079/18
Amanda

CAPÍTULO VI Da Conferência Municipal de Saúde

Art. 10. Fica criada a "Conferência Municipal de Saúde" para a elaboração do "Plano de Municipal de Saúde", que deverá avaliar a política municipal de saúde, propor diretrizes de ação para o Sistema Único de Saúde e reavaliar a lei que institui a composição do Conselho.

§ 1º A conferência será realizada no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação de sua convocação.

§ 2º A conferência será precedida, necessariamente, de mais de um debate temático sobre a questão da saúde no Município de Araraquara.

Art. 11. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da Conferência, o "Plano de Municipal de Saúde" será encaminhado pela Conferência estabelecida na presente Lei ao Chefe do Executivo, que submeterá ao crivo do Poder Legislativo na forma de Projeto de Lei.

Art. 12. O "Plano de Municipal de Saúde" deverá conter as políticas públicas para a saúde no Município de Araraquara para os anos subsequentes à realização da Conferência, de acordo com as deliberações nela tomadas.

Art. 13. A Comissão organizadora da "Conferência Municipal de Saúde" será designada pelo Chefe do Executivo, a partir de indicação do conselho referido nesta lei, em até 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do ato de convocação de cada Conferência.

Art. 14. A cada dois anos, a contar da data de entrada em vigor da presente lei, deverá ser realizada a "Conferência Municipal de Saúde", observando-se o disposto nos artigos 10 a 14 desta Lei.

Art. 15. As disposições desta lei serão regulamentadas pelo Poder Executivo, no que couber.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as Leis nº 6.264, de 2 de junho de 2005; nº 6.377, de 9 de fevereiro de 2006; nº 7.407, de 8 de fevereiro de 2011; e nº 8.104, de 17 de dezembro de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, aos 07 (sete) dias do mês de março do ano de 2018 (dois mil e dezoito).

JÉFERSON YASHUDA FARMACÊUTICO
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Estado de São Paulo

Palacete Vereador Carlos Alberto Manço
Gabinete da Presidência

Rua São Bento, nº 887 – Centro
CEP 14801-300 – ARARAQUARA /SP
Telefone PABX (16) 3301-0600 - FAX (16) 3301-0647

FLS. 031
PROC. 079/18
C.M. Amanda

Ofício nº 025/18-DL

Araraquara, 07 de março de 2018

A Sua Excelência o Senhor
Edson Antonio Edinho da Silva
Prefeito do Município de Araraquara

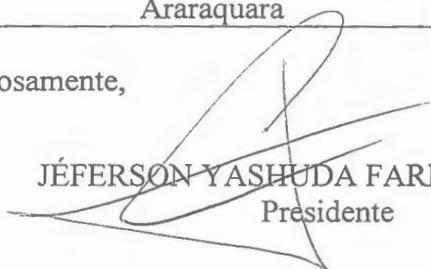
Assunto: **Encaminhamento de autógrafos**

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Em obediência ao artigo 81 da Lei Orgânica do Município, encaminho, anexos, os autógrafos aos projetos de lei aprovados na sessão ordinária realizada no dia 06 de março de 2018 a seguir relacionados:

Autógrafo	Projeto de Lei	Autoria	Ementa
057/18	001/18	Vereador Gerson da Farmácia	Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Araraquara a campanha de conscientização “Janeiro roxo”, a ser realizada anualmente no referido mês, e dá outras providências.
058/18	063/18	Prefeitura do Município de Araraquara	Dispõe sobre autorização para concessão de subvenções sociais e dá outras providências.
059/18	064/18	Prefeitura do Município de Araraquara	Reformula o Conselho Municipal de Saúde de Araraquara e dá outras providências.
060/18	065/18	Prefeitura do Município de Araraquara	Altera a Estrutura da Secretaria Municipal de Cooperação dos assuntos de segurança pública e dá outras providências.
061/18	066/18	Prefeitura do Município de Araraquara	Proíbe a inauguração de obras públicas incompletas ou que não atendam ao fim a que se destinam, no âmbito do Município, e dá outras providências.
062/18	049/18	Prefeitura do Município de Araraquara	Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

Atenciosamente,


JÉFERSON YASHUDA FARMACÊUTICO
Presidente



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
- Secretaria Municipal de Justiça e Cidadania -

FLS. 0320
PROC. 079/18
C.M. Amanda

OFÍCIO SMJC/EAO Nº 059/2018

Em 15 de março de 2018

Ao
Excelentíssimo Senhor
FARMACÊUTICO JÉFERSON YASHUDA
Presidente da Câmara Municipal
Rua São Bento, 887
14801-300 - ARARAQUARA/SP

REFERÊNCIA:

Autógrafo nº 059/18
Projeto de Lei nº 064/18

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente, com os nossos cordiais cumprimentos, tomamos a liberdade de passar às mãos de Vossa Excelência, para os devidos fins, a inclusa Lei Municipal nº 9.213, de 08 de março de 2018, reformulando o Conselho Municipal de Saúde de Araraquara.

Na oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência os protestos de nosso elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

ERNESTO GOMES ESTEVES NETO
Coordenador Executivo de Justiça e Cidadania

("PC").

Processo nº

079/18

Setor de Arquivo e Protocolo
Para os devidos fins.

19/03/2018

Valdemar Martins Neto Mendonça
Diretor Legislativo

7:31 15/03/2018 004689 PROTOCOLO-CÂMARA MUNICIPAL 0000000000



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	033
PROC.	079/18
C.M.	Amadeu

LEI Nº 9.213

De 08 de março de 2018

Autógrafo nº 059/18 - Projeto de Lei nº 064/18

Iniciativa: Prefeitura Municipal de Araraquara

Reformula o Conselho Municipal de Saúde de Araraquara e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, e de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal, em sessão ordinária de 06 (seis) de março de 2018, promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Da Instituição

Art. 1º Esta lei reformula o Conselho Municipal de Saúde de Araraquara, órgão permanente, deliberativo, propositivo e normativo do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito municipal, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo II do Título VIII da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como nas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e que tem por atribuição elaborar estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

CAPÍTULO II

Das atribuições do Conselho Municipal de Saúde

Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde de Araraquara, consoante o disposto na legislação federal, tem por atribuição:

- I. Implementar a mobilização e articulação contínuas da sociedade, na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o Sistema Único de Saúde - SUS, para o controle social de saúde;
- II. Elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;
- III. Discutir, elaborar e aprovar proposta de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

LEI Nº 05/2018 004689 PROTOCOLO-CÂMARA MUNICIPAL ARARAQUARA



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

3.	034
00.	079/18
1.	Amanda

- IV. Atuar na formulação e no controle da execução da política municipal de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;
- V. Definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e sobre eles deliberar, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;
- VI. Estabelecer estratégias e procedimentos da gestão do SUS, articulando-se com os demais conselhos temáticos municipais;
- VII. Proceder à fiscalização periódica dos planos de saúde, respeitadas as normas de direito privado aplicáveis;
- VIII. Deliberar sobre os programas de saúde e aprovar sugestões de projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, pelo Chefe do Executivo, propondo a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os em face do processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da saúde;
- IX. Estabelecer diretrizes e critérios operacionais relativos à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, tendo em vista o direito ao acesso universal às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, em todos os níveis de complexidade dos serviços, sob a diretriz da hierarquização/regionalização da oferta e demanda de serviços, conforme o princípio da equidade;
- X. Avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS;
- XI. Avaliar os contratos e convênios municipais na área da saúde, conforme as diretrizes do Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;
- XII. Aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamentação ascendentes;
- XIII. Propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde e acompanhar a movimentação e destinação dos recursos;
- XIV. Fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo Municipal de Saúde, os próprios e os transferidos do Estado e da União;



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	035
PROC.	079/18
C.M.	Amanda

- XV.** Analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, acompanhado do devido assessoramento;
- XVI.** Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar as eventuais denúncias aos respectivos órgãos, conforme legislação vigente;
- XVII.** Examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho, nas suas respectivas instâncias;
- XVIII.** Estabelecer critérios para a determinação de periodicidade das Conferências de Saúde, propor sua convocação, estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programas ao Pleno do Conselho de Saúde, explicitando deveres e papéis dos conselheiros nas pré-conferências de saúde;
- XIX.** Estimular articulação e intercâmbio entre os conselheiros de Saúde e entidades governamentais e privadas, visando à promoção da saúde;
- XX.** Estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinentes ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde – SUS;
- XXI.** Estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde e divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões por todos os meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões;
- XXII.** Apoiar e promover a educação para controle social, fazendo constar de seu conteúdo programático os fundamentos teóricos da saúde, a situação epidemiológica, a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, a situação real de funcionamento dos serviços do Sistema Único de Saúde - SUS, as atividades e competências do Conselho de Saúde, bem como a Legislação do Sistema Único de Saúde - SUS, suas políticas de saúde, orçamento e financiamento;
- XXIII.** Propor e avaliar a política de recursos humanos do Sistema Único de Saúde – SUS aplicável ao Município;
- XXIV.** Acompanhar a implementação das deliberações constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde;



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

036
029/18
Amândeo

XXV. Acompanhar e assessorar os Conselhos Gestores das Unidades de Saúde no cumprimento de seus objetivos, conforme dispõe a Lei nº 5.655, de 24 de agosto de 2001.

CAPÍTULO III

Da Composição

Art. 3º O Conselho Municipal de Saúde será composto por 32 (trinta e dois) membros titulares e seus respectivos suplentes, com representação quadripartite de: 50% (cinquenta por cento) de entidades e movimentos representativos de usuários do Sistema Único de Saúde, 25% (vinte e cinco por cento) de entidades representativas de trabalhadores da área de saúde, 12,5% (doze e meio por cento) de representantes dos prestadores de serviços ao SUS e 12,5% (doze e meio por cento) representantes da administração pública, assim distribuídos:

- I. 16 (dezesesseis) representantes dos segmentos organizados de usuários do Sistema Único de Saúde;
- II. 08 (oito) representantes de entidades e associações de classe dos trabalhadores da área de Saúde;
- III. 04 (quatro) representantes de prestadores de serviços privados conveniados de saúde com ou sem fins lucrativos;
- IV. 04 (quatro) representantes do Poder Executivo, sendo um deles o titular da Secretaria Municipal da Saúde.

§ 1º As entidades, associações e os movimentos representantes referidos nos incisos I, II e III do “caput” deste artigo serão eleitos em assembleias eleitorais por segmento, especialmente convocadas para esse fim.

§ 2º Os representantes do Conselho Municipal de Saúde serão indicados por escrito pelas suas respectivas instituições e movimentos a participar da assembleia eleitoral realizada por segmento, desde que os mesmos comprovem estar legalmente estabelecidos no município e regularmente em dia com a sua documentação registrada e regularizada, tendo comprovado o seu funcionamento pela Prefeitura do Município de Araraquara.

§ 3º Os representantes do Poder Executivo serão indicados por ato próprio do Chefe do Executivo.

§ 4º Os segmentos organizados de usuários do Sistema Único de Saúde deverão contemplar, dentre outras, as seguintes representações:



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

037
079/18
Araraquara

- a) De usuários dos serviços públicos de saúde indicados pelos Conselhos Gestores de Saúde de cada unidade;
- b) De associações de pessoas com patologias;
- c) De associações de pessoas com deficiência;
- d) De movimentos sociais e populares organizados (igualdade racial, mulheres, LGBT e outros segmentos);
- e) De entidades de aposentados e de pensionistas;
- f) De sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais;
- g) De entidades de defesa do consumidor;
- h) De organizações de moradores;
- i) De entidades ambientalistas;
- j) De organizações religiosas;
- k) Do Orçamento Participativo do Município – OP.

§ 5º O segmento de trabalhadores da área de saúde deverá contemplar as representações de associações, sindicatos, federações, confederações e conselhos de classe dos profissionais da saúde.

§ 6º O segmento de prestadores de serviços deverá contemplar as representações:

- a) Da comunidade acadêmica e científica;
- b) De entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento;
- c) De entidades dos prestadores de serviços de saúde privados conveniados com ou sem fins lucrativos.

§ 7º Os representantes dos usuários não podem ser cônjuges, companheiros ou parentes, consanguíneos ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de agentes políticos do Município ou de servidores ocupantes de funções de confiança ou de cargo de provimento em comissão no âmbito do Município.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

038
c. 079/18
Ammandar

Art. 4º A Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Saúde será composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro(a) Secretário(a) e Segundo(a) Secretário(a).

§ 1º A presidência, a vice-presidência, a primeira e a segunda secretarias do Conselho Municipal de Saúde serão atribuídas aos conselheiros titulares eleitos pela plenária do Conselho, com mandato de 2 (dois) anos, na primeira reunião após renovação de seus membros.

§ 2º O Conselho Municipal de Saúde manterá uma Secretaria Executiva, que atuará como órgão operacional de execução e de implementação de suas decisões sobre o Sistema Único de Saúde do Município, sendo responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde oferecer infraestrutura e apoio técnico para o seu pleno funcionamento.

Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

- I. Serão indicados pelos seus respectivos segmentos e serão substituídos pelos mesmos, mediante solicitação ao Prefeito através da Secretaria Executiva do Conselho;
- II. Terão o seu mandato extinto, caso faltem sem prévia justificção, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) intercaladas, num período de 12 (doze) meses;
- III. Terão mandato de 4 (quatro) anos, com direito a uma recondução, havendo renovações de seus membros a cada 2 (dois) anos, na proporção de 1/3 (um terço) e 2/3 (dois terços), alternadamente, sendo que, nas renovações, serão substituídos aquelas representações que não foram renovados na eleição anterior.

Parágrafo único. O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Saúde não será remunerado e será considerado de relevante interesse público.

Art. 6º Para um melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Saúde poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

- I. Consideram-se colaboradores do Conselho Municipal as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários de saúde, independentemente de sua condição de membros;
- II. Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização na área de saúde, para assessorar o Conselho em assuntos específicos;



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	039
PROC.	079/18
C.M.	Amanda

- III. Poderão ser criadas comissões internas entre as instituições, entidades e membros do Conselho, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos;
- IV. As comissões do Conselho Municipal de Saúde deverão ser paritárias, respeitando-se a composição do mesmo.

CAPÍTULO IV

Do Funcionamento e da Convocação

Art. 7º O Conselho Municipal de Saúde funcionará de acordo com o que disciplina o seu Regimento Interno e terá as seguintes normas gerais:

- I. O órgão de deliberação máxima será a Plenária do Conselho;
- II. A plenária do Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria simples de seus membros;
- III. As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão adotadas mediante o voto da maioria simples dos conselheiros presentes à assembleia, sendo assegurado o direito a um único voto ao conselheiro no exercício da titularidade naquela ocasião;
- IV. As Plenárias do Conselho serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros ou, em segunda chamada, após 30 minutos, com no mínimo 1/3 (um terço) dos presentes;
- V. As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em resolução, moção, recomendação ou comunicação.

CAPÍTULO V

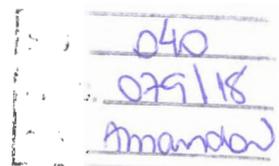
Das Diretrizes Básicas da Atuação

Art. 8º O Conselho Municipal de Saúde observará no exercício de suas atribuições, as seguintes diretrizes básicas e prioritárias de atuação:

- I. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à promoção da saúde, redução do risco de doenças e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção, recuperação e reabilitação;



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA



- II. Integralidade de serviços de saúde, buscando promoção da saúde em toda a rede municipal, diminuindo as taxas de mortalidade e aumentando a expectativa de vida.

Art. 9º O Conselho Municipal de Saúde promoverá, como órgão colegiado deliberativo e representativo, debates estimulando a participação comunitária, visando prioritariamente, a melhoria de serviços de saúde no Município.

CAPÍTULO VI

Da Conferência Municipal de Saúde

Art. 10. Fica criada a "Conferência Municipal de Saúde" para a elaboração do "Plano de Municipal de Saúde", que deverá avaliar a política municipal de saúde, propor diretrizes de ação para o Sistema Único de Saúde e reavaliar a lei que institui a composição do Conselho.

§ 1º A conferência será realizada no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação de sua convocação.

§ 2º A conferência será precedida, necessariamente, de mais de um debate temático sobre a questão da saúde no Município de Araraquara.

Art. 11. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da Conferência, o "Plano de Municipal de Saúde" será encaminhado pela Conferência estabelecida na presente Lei ao Chefe do Executivo, que submeterá ao crivo do Poder Legislativo na forma de Projeto de Lei.

Art. 12. O "Plano de Municipal de Saúde" deverá conter as políticas públicas para a saúde no Município de Araraquara para os anos subsequentes à realização da Conferência, de acordo com as deliberações nela tomadas.

Art. 13. A Comissão organizadora da "Conferência Municipal de Saúde" será designada pelo Chefe do Executivo, a partir de indicação do conselho referido nesta lei, em até 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do ato de convocação de cada Conferência.

Art. 14. A cada dois anos, a contar da data de entrada em vigor da presente lei, deverá ser realizada a "Conferência Municipal de Saúde", observando-se o disposto nos artigos 10 a 14 desta Lei.

Art. 15. As disposições desta lei serão regulamentadas pelo Poder Executivo, no que couber.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

041
079/18
Amândeo

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as Leis nº 6.264, de 2 de junho de 2005; nº 6.377, de 9 de fevereiro de 2006; nº 7.407, de 8 de fevereiro de 2011; e nº 8.104, de 17 de dezembro de 2013.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, aos 08 (oito) dias do mês de março do ano de 2018 (dois mil e dezoito).

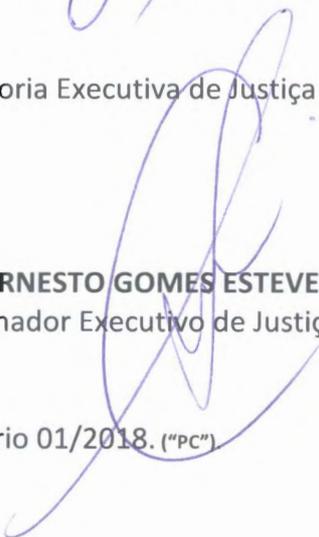


EDINHO SILVA
Prefeito Municipal



DONIZETE SIMIONI
Secretário de Gestão e Finanças

Publicada na Coordenadoria Executiva de Justiça e Cidadania, na data supra.



ERNESTO GOMES ESTEVES NETO
Coordenador Executivo de Justiça e Cidadania

Arquivada em livro próprio 01/2018. ("PC")

.Publicada no Jornal "A Cidade", de Quinta-Feira, 15/março/18 - Ano 113 – nº 063.